

São Paulo, 15 de julho de 2016.

Exmo. Sr. **Rodrigo Janot Monteiro de Barros**
Procurador Geral da República
Ministério Público Federal - MPF

Excelentíssimo Senhor,

A rede Plataforma Política Social, solidária à comunidade antropológica brasileira, soma-se aos demais segmentos da sociedade civil comprometidas com a causa democrática e com a defesa da cidadania plena e abrangente, para manifestar sua mais grave preocupação com os rumos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) constituída em 28/10/2015 para “investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombos”.

É particularmente grave a decisão da referida CPI de quebrar o sigilo bancário e fiscal da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), e de seu atual Presidente, Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima (Professor Titular de Etnologia do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro), bem como do Conselho Missionário Indigenista (CIMI) e seus dirigentes, com o propósito de se investigar se houve repasse de recursos, para financiar invasões de terras no Estado, por meio de grupos indígenas.

A ABA e o CIMI, associações civis sem fins lucrativos, tem sua ação pautada pela mais perfeita lisura e transparência, no respeito à legislação em vigor e no cumprimento das responsabilidades e participação no reconhecimento de direitos territoriais de indígenas e quilombolas. Trata-se de uma séria quebra dos direitos civis e políticos com o intuito de criminalizar toda atividade de defesa dos direitos humanos em relação aos povos indígenas e quilombolas da sociedade nacional, em face das reiteradas e violentas ameaças que sobre eles pairam constantemente no contexto contemporâneo.

Na expectativa de contar com vossa atenção, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Eduardo Fagnani

Professor do Instituto de Economia da Unicamp e coordenador da rede Plataforma Política Social